

Dinheiro para promover progresso na educação

O Ministério da Educação contará, no próximo ano, com recursos da ordem de Cr\$ 38,7 trilhões, avanço bastante considerável em relação aos gastos previstos em Cr\$ 5,4 trilhões — e depois suplementados para Cr\$ 11,1 trilhões — para o decorrer de 1985. Graças à Emenda Calmon, os recursos ordinários originários do orçamento da União saltam, de um ano para outro, de Cr\$ 2,7 trilhões para Cr\$ 27,5 trilhões.

Com isso, o ministro Marco Maciel terá condições para melhorar tanto o ensino básico quanto o universitário. Seus objetivos são a construção de mais de 4 milhões de novas salas de aula e o fornecimento de material escolar e de merenda, durante 180 dias do ano, além de aumentar o tempo de permanência das crianças nas escolas. Também vai assegurar melhores condições para o ensino universitário e mais recursos para o aperfeiçoamento de professores do ensino superior.

Parece-nos que o investimento em educação terá assegurado, no futuro, ótimos frutos. Os servi-

ços básicos — educação primária, programas de nutrição, atendimento médico e formação profissional — podem dar significativa contribuição ao crescimento econômico sustentado, que depende consideravelmente de melhores atitudes e do vigor das pessoas. Os países que em 1960 tinham taxas de alfabetização e de expectativa de vida mais elevadas foram os que registraram um crescimento mais rápido tanto na década de 60 quanto na de 70.

Em relação ao ensino superior, é ainda mais evidente o quanto pode ser equivocada a noção de que somente as inversões em bens de capital materiais contribuem para elevar os ingressos futuros. O capital humano é algo bastante concreto e eficaz, como se pode observar do exemplo dado pelo Japão, que, para sobreviver com os escassos recursos naturais de que é possuidor, teve de adequar a educação de seu povo às necessidades de produção industrial do mundo moderno, conseguindo, em uma geração, tornar-se muito bem-sucedido.

Além da importância que sem dúvida terá no desenvolvimento do ser humano e, por consequência, no desenvolvimento econômico futuro, o plano elaborado pelo ministro Marco Maciel terá sentido altamente benéfico, a curto prazo, em algumas áreas econômicas, como a construção civil (em decorrência da construção de novas salas de aula) e a indústria alimentícia (em virtude do fornecimento de merenda escolar). Somando-se as obras previstas somente para São Paulo e Rio, atingirão perto de Cr\$ 5 trilhões, a que se devem acrescentar mais Cr\$ 500 bilhões que serão gastos em alimentos.

De outra parte, vale ressaltar que a preocupação com uma educação mais aprimorada do brasileiro tem sido manifestada ao longo dos anos. A Constituição de 1824 instituiu o ensino primário (quatro anos) gratuito; a de 1934 adicionou à gratuidade a obrigatoriedade de frequência; a de 1969 levou estas obrigações também ao primeiro grau (oito anos). Mas

seja pela oposição entre os objetivos e os recursos disponíveis, seja pela pressão da demanda social, gerada por elevadas taxas de crescimento demográfico, o País não conseguiu combater com eficácia o analfabetismo e optou por expandir a taxa média de escolaridade, em detrimento da promoção de um melhor ensino. E esse quadro que o Ministério da Educação — agora só inferior ao dos Transportes em dotações orçamentárias — se prepara para começar a reverter.

Finalmente, cabe observar que esse esforço no campo da educação deve tornar-se constante, para que o País venha a ter uma formação de quadros, segundo especializações nas escolas e destinações no mercado de trabalho, que possam ser considerados permanentes. Até porque nos países desenvolvidos se aceita como certo que, a cada geração, a nação gasta em ensino o equivalente ao salário de cinco anos de cada vaga de emprego que pretende re-
por.